

GIRO DECOLONIAL E TEORIA DA COMUNICAÇÃO: CONTRIBUIÇÕES LATINO-AMERICANAS NO CONTEXTO DA HOMOGENEIZAÇÃO ALGORÍTMICA

DECOLONIAL TURN AND COMMUNICATION THEORY: LATIN AMERICAN CONTRIBUTIONS IN THE CONTEXT OF ALGORITHMIC HOMOGENIZATION

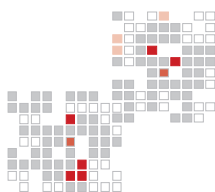
GIRO DECOLONIAL Y TEORÍA DE LA COMUNICACIÓN: APORTES LATINOAMERICANOS EN EL CONTEXTO DE LA HOMOGENEIZACIÓN ALGORÍTMICA

Carlos Eduardo Souza Aguiar

■ Professor Assistente do Departamento de Ciências Humanas da FAAC/UNESP. Doutor em Sociologia pela Université Sorbonne Paris Cité e mestre em Ciências da Comunicação pela ECA-USP. Especialista em Ciências da Religião pela PUC-SP e graduado em Comunicação Social, Filosofia e Ciências Sociais pela USP.

■ *Profesor adjunto del Departamento de Ciencias Humanas de la FAAC/UNESP. Doctor en Sociología por la Université Sorbonne Paris Cité y máster en Ciencias de la Comunicación por la ECA-USP. Especialista en Ciencias de la Religión por la PUC-SP y licenciado en Comunicación Social, Filosofía y Ciencias Sociales por la USP.*

■ E-mail: cadu.s.aguiar@gmail.com



RESUMO

O pensamento decolonial, em diálogo com a tradição crítica latino-americana, oferece chaves para revisar as teorias da Comunicação diante da dataficação e da Inteligência Artificial. Argumenta-se que as infraestruturas digitais atualizam a racionalidade instrumental da modernidade e reforçam a colonialidade do poder, submetendo a vida ao cálculo algorítmico e aprofundando desigualdades. Propõe-se a tecnodiversidade como horizonte decolonial capaz de relativizar o universalismo tecnológico e afirmar a coexistência de múltiplas cosmotécnicas, delineando caminhos para abordagens teóricas da Comunicação frente à homogeneização algorítmica.

PALAVRAS-CHAVE: DECOLONIALIDADE; INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL; TECNODIVERSIDADE; TEORIA DA COMUNICAÇÃO.

ABSTRACT

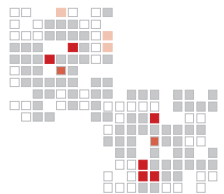
Decolonial thought, in dialogue with the Latin American critical tradition, offers key insights for revisiting communication theories in the context of datafication and artificial intelligence. It is argued that digital infrastructures reconfigure the instrumental rationality of modernity and reinforce the coloniality of power, subjecting life to algorithmic calculation and deepening inequalities. Technodiversity is proposed as a decolonial horizon capable of challenging technological universalism and affirming the coexistence of multiple cosmo-technics, outlining pathways for theoretical approaches to communication in the face of algorithmic homogenization.

KEYWORDS: DECOLONIALITY; ARTIFICIAL INTELLIGENCE; TECHNODIVERSITY; COMMUNICATION THEORY.

RESUMEN

El pensamiento decolonial, en diálogo con la tradición crítica latinoamericana, ofrece claves para revisar las teorías de la comunicación en el contexto de la datificación y la inteligencia artificial. Se argumenta que las infraestructuras digitales actualizan la racionalidad instrumental de la modernidad y refuerzan la colonialidad del poder, sometiendo la vida al cálculo algorítmico y profundizando las desigualdades. Se propone la tecnodiversidad como un horizonte decolonial capaz de cuestionar el universalismo tecnológico y afirmar la coexistencia de múltiples cosmotécnicas, delineando caminos para enfoques teóricos de la comunicación frente a la homogeneización algorítmica.

PALABRAS CLAVE: DECOLONIALIDAD; INTELIGENCIA ARTIFICIAL; TECNODIVERSIDAD; TEORÍA DE LA COMUNICACIÓN.



1. introdução

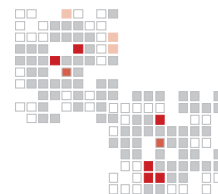
A decolonialidade, para além de eventuais modismos acadêmicos, consolidou-se como um conjunto heterogêneo de reflexões epistêmicas e políticas centrais em nosso tempo. A expansão recente de pesquisas, dossiês, encontros científicos e disciplinas dedicadas ao tema evidencia essa centralidade, frequentemente interpretada como desdobramento natural das tradições críticas latino-americanas, historicamente articuladas à resistência epistêmica do Sul global. Embora seu potencial político seja amplamente reconhecido, a crítica decolonial não se limita ao diagnóstico das opressões, oferecendo também ferramentas para reavaliar o papel e o escopo das ciências humanas e sociais. O ponto de partida coincide com o que Walter Mignolo (2011) denomina “desobediência epistêmica”: um movimento que rompe com a crítica interna aos paradigmas modernos e eurocentrados, tornando possível confrontar o próprio fundamento colonial de nosso campo (Lara et al., 2023).

Nesse horizonte, ganha força a recusa em reproduzir o chamado cânone moderno/colonial das teorias da comunicação, assim como a denúncia das hierarquias epistêmicas que sustentam a colonialidade do saber. A abordagem decolonial da comunicação, nesse sentido, não se limita a desmontar formas hegemônicas de produção do conhecimento, mas busca restaurar epistemologias e práticas historicamente marginalizadas pelos dispositivos de legitimação acadêmica, inclusive na América Latina. É desse impulso que emerge o projeto de formular epistemologias da comunicação da e para a América Latina, esforço que se inscreve no chamado giro decolonial (Maldonado-Torres, 2011). Trata-se simultaneamente de um chamado político e de uma crítica à colonialidade do poder e às concepções pragmáticas da Comunicação, que a reduzem a um simples processo de

transmissão, desconsiderando sua dimensão dialógica, convivial e historicamente situada.

Se a crítica decolonial nos permite revisitar as bases eurocentradas que estruturaram a Comunicação, esse mesmo gesto torna-se ainda mais urgente diante do regime técnico marcado pela dataficação. Esse processo reorganiza as condições de existência ao traduzir subjetividades, relações e comportamentos em informações manipuláveis, atravessando todas as esferas da vida e articulando-se às dinâmicas da plataformização em um continuum que estrutura a sociedade contemporânea. A expansão das infraestruturas digitais e da automatização reconfigura, deste modo, tanto a circulação de informações quanto os modos de conhecer e representar o mundo. Nesse contexto, práticas de extração, classificação e predição atualizam, em chave computacional, antigas lógicas de hierarquização e controle próprias da colonialidade do poder. Assim, a dataficação aparece como a rearticulação do passado colonial em linguagem algorítmica, ampliando capacidades de vigilância, padronização e captura de subjetividades (Ricaurte, 2022). A abordagem decolonial, ao insistir na crítica às epistemologias hegemônicas e no reconhecimento de perspectivas situadas, constitui um horizonte potente para compreender os limites da razão computacional e interrogar as consequências políticas, epistêmicas e ontológicas desse regime de cálculo.

Nesse cenário, o objetivo deste artigo é analisar o potencial do giro decolonial para problematizar as teorias da comunicação em um contexto marcado pela dataficação e pela IA, tomando a América Latina como ponto privilegiado de elaboração conceitual. Ao assumir essa posição como lugar de enunciação metodológica, adota-se uma abordagem analítico-hermenêutica situada, na qual a leitura crítica da homogeneização algorítmica se articula à condição geopolítica,



corporal e epistêmica do Sul Global. Parte-se da hipótese de que a crítica decolonial, inscrita na longa tradição latino-americana de resistência epistêmica, oferece ferramentas decisivas para compreender como as infraestruturas digitais contemporâneas rearticulam e prolongam, em chave algorítmica, a racionalidade instrumental e a lógica extrativista da modernidade. O texto se organiza em três partes: a primeira revisita as perspectivas epistêmicas decoloniais e suas interlocuções com a Comunicação; a segunda examina como a colonialidade se reinscreve nas tecnologias e infraestruturas que sustentam a ecologia comunicacional atual, especialmente no regime de dataficação; e a terceira discute de que modo a ideia de tecnodiversidade pode constituir um horizonte epistêmico decolonial para repensar a comunicação diante das IAs. Ao final, busca-se delinear caminhos para abordagens teóricas da comunicação capazes de responder criticamente à homogeneização algorítmica e de abrir espaço para epistemologias comunicacionais plurais, situadas e enraizadas no projeto intelectual latino-americano.

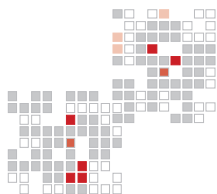
2. comunicação, tecnologia e colonialidade do poder

O pensamento decolonial tornou-se uma referência incontornável na reflexão crítica latino-americana desde o final do século XX. Seu ponto de partida é a noção de “colonialidade do poder”, formulada por Aníbal Quijano (1992), que descreve a consolidação de um sistema-mundo moderno estruturado a partir de hierarquias europeias e euro-norte-americanas, capitalistas, coloniais e patriarcais. Trata-se, portanto, de uma crítica que não se limita à América Latina: seu foco é a arquitetura global de dominação construída pela modernidade ocidental. Formulado no âmbito do Grupo Modernidade/Colonialidade, esse pensamento reivindica a necessidade de desmontar a centralidade epistêmica do

Ocidente. Segundo essa perspectiva, nem os estudos culturais, nem o pós-colonialismo ou a teoria subalterna romperam de modo suficiente com o eurocentrismo. Por isso, um dos gestos fundadores da abordagem decolonial é a inversão da narrativa histórica: não foi a Europa que inventou a América, mas a experiência americana que possibilitou a emergência da modernidade europeia. A América não aparece como periferia, mas como condição de possibilidade da própria ideia de Europa, do capitalismo e do sistema-mundo colonial-moderno (Segato, 2021).

Nesse processo, a invenção da raça desempenhou papel estrutural. A racialização das populações tornou-se mecanismo de organização do trabalho, de extração e de controle. O eurocentrismo, ao instituir uma hierarquia entre o “branco civilizado” e o “não branco primitivo”, produziu não apenas desigualdades materiais, mas um profundo apagamento epistêmico, legitimado pela aparência de neutralidade da racionalidade moderna. Esse gesto colonial abriu caminho para a exploração contínua dos territórios e dos corpos sob o paradigma do progresso. A colonialidade, assim, persiste para além do fim formal do colonialismo, sobrevivendo como padrão de poder e como modo de organizar o mundo. Como lembra Quijano (1992), trata-se de uma estrutura global que orienta práticas, valores e formas de conhecimento, constituindo com isso o “lado obscuro” da modernidade (Mignolo, 2011). É nesse horizonte que Nelson Maldonado-Torres (2011) formula o “giro decolonial”. Mais do que uma proposta de retorno ao passado ou de restauração nostálgica, ele descreve um deslocamento crítico que busca reabrir caminhos bloqueados pela racionalidade tecnocrática.

A aproximação entre a crítica decolonial e o campo da comunicação torna visível um ponto central: a colonialidade do poder não opera apenas por meio de instituições formais, mas se apoia de modo decisivo na comunicação, sendo



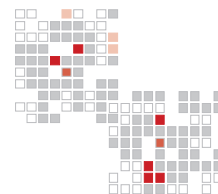
um vetor fundamental para a naturalização do eurocentrismo, sobretudo no momento histórico em que o colonialismo formal se desfaz e a colonialidade se consolida como matriz duradoura. Os meios de comunicação de massa — cinema, rádio e televisão — desempenharam papel crucial nessa transição, funcionando como dispositivos de difusão de imaginários coloniais, estereótipos e hierarquias que reforçam a lógica centro-periferia na cultura e na política. Na análise de Lélia Gonzalez (2020), esses meios operam como engrenagens sofisticadas de reprodução do racismo e do sexismo no Brasil: ao disseminar a ideologia do branqueamento, sustentam a crença de que valores e classificações oriundos do Ocidente branco seriam universais, relegando povos negros e indígenas a posições subalternizadas dentro das camadas mais exploradas da sociedade.

Assim, a comunicação de massa não apenas informa, mas administra o imaginário social, legitimando estruturas coloniais de poder. Esse processo, contudo, não se limita ao conteúdo veiculado. Como destaca Muniz Sodré (2014), a própria forma tecnológica e midiaticizada da comunicação moderna deslocou o sentido de “ação comum” para um paradigma transmissivo, orientado pela racionalidade instrumental. A comunicação técnica, ao tornar-se sinônimo de circulação de informação, passa a difundir, independentemente da mensagem, uma visão de mundo alinhada à modernidade ocidental. Esse cenário contribuiu para que o cânone das teorias da comunicação se estruturasse predominantemente a partir de abordagens tecnológicas e funcionalistas, formuladas majoritariamente no Norte global e alinhadas à epistemologia eurocêntrica. Para Erick Torrico, o legado teórico dominante no campo consolidou o que denomina comunicação centrada: um modelo que universaliza o esquema transmissivo e restringe a comunicação

às mediações técnicas. Pesquisas administrativas norte-americanas e vertentes críticas europeias, apesar das diferenças, convergem na adesão à modernidade e à concepção da comunicação como operação instrumental. Sem desconsiderar essa predominância, cabe notar que a crítica ao modelo transmissivo atravessa diferentes tradições do campo, que historicamente tensionaram o mediacentrismo e ampliaram as formas de compreender a comunicação, como nos enfoques relacionais da Escola de Palo Alto e, mais recentemente, nos estudos de midiatização. Ainda assim, nas abordagens hegemônicas, como afirma Torrico (2019, p. 95), “está implícita a hierarquia colonial de pessoas e povos”: o emissor ocupa o lugar do colonizador, o receptor o do colonizado. A comunicação organizada como transmissão mecânica reproduz, assim, a assimetria colonial e aprofunda processos de desumanização e incomunicação.

A relação entre comunicação e colonialidade também pode ser compreendida a partir da racionalidade que organiza as mediações técnicas da modernidade. Achille Mbembe (2023) mostra que o projeto moderno consistiu em tornar todo o existente plenamente disponível por meio do cálculo e dos dispositivos técnicos, inaugurando uma racionalidade voltada à quantificação de todas as substâncias e predisposta à predação do vivo. Historicamente, essa predação se expressou na escravidão, ao racionalizar o corpo como recurso; hoje, manifesta-se na captura de forças vitais e na transformação dos fins orgânicos em meios técnicos, consolidando um colonialismo tecno-molecular. Como aponta Hui (2020), a tecnologia moderna força histórias não ocidentais a se alinharem ao eixo temporal da modernidade ocidental, reforçando assimetrias globais.

No campo da comunicação, essa racionalidade se traduz no predomínio de mediações técnicas que difundem uma visão de mundo alinhada à modernidade ocidental. Muniz Sodré (2014) nota



que a própria realização técnica da comunicação, enquanto engrenagem informacional integrada ao capitalismo financeiro, explicita sua natureza organizadora, moldando percepções e sensibilidades. Nessa lógica, a ideologia, entendida aqui como expressão da colonialidade, não reside apenas nos conteúdos veiculados, mas na própria arquitetura tecnológica que condiciona gostos, expectativas e modos de ver. O receptor encontra-se inserido em um circuito no qual seus desejos são antecipados e programados pelo polo da produção, o que reforça a reprodução de hierarquias coloniais e confere aos meios um papel decisivo no controle do imaginário social.

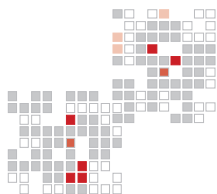
3. Inteligência Artificial e a dataficação como regime epistêmico

O advento das tecnologias digitais não inaugura uma nova racionalidade, mas prolonga e intensifica aquela que molda a modernidade desde o pós-colonialismo formal, projetando-a agora em escala algorítmica. A dataficação e a algoritmização das práticas sociais não representam uma ruptura, mas uma atualização sofisticada da mesma lógica instrumental e extrativista que estruturou a comunicação de massa. Floridi (2023) descreve esse movimento como uma “re-ontologização da realidade”, processo pelo qual entidades, relações e experiências passam a existir prioritariamente enquanto informação, afinal assistimos à tradução de praticamente todas as dimensões da existência em dados quantificáveis, rastreáveis e operacionalizáveis. Vivemos em uma infosfera, ambiente contínuo no qual *online* e *offline* deixam de ser esferas separadas, redefinindo modos de percepção, presença e interação.

A dataficação, assim, pode ser situada dentro de um tripé que estrutura a cultura digital atual: a conversão generalizada da vida em dados; a plataformização, que estimula a produção e a

circulação massiva desses dados; e o agenciamento algorítmico, que os utiliza para prever, classificar e moldar comportamentos (Lemos, 2021). É desse arranjo que emerge a gestão algorítmica, na qual decisões são automatizadas, futuros são antecipados estatisticamente e comportamentos são modulados em tempo real. A dataficação, portanto, não apenas amplia capacidades técnicas, mas reorganiza as formas de controle, administração e produção de sentido, convertendo a vida em matéria calculável. A dataficação, ao converter a vida em fluxos contínuos de dados, demanda sistemas capazes de processar volumes informacionais inéditos; daí a emergência do Big Data e do aprendizado de máquina como respostas técnicas a esse regime. Se a dataficação traduz o mundo em padrões numéricos, o aprendizado de máquina os converte em previsões e decisões automatizadas, instaurando uma mercantilização integral da existência, tornando até gestos cotidianos exploráveis economicamente.

Esse conjunto técnico consolida o que Mbembe (2023) denomina razão computacional: uma infraestrutura global que reorganiza modos de gestão, previsão e governo, instaurando uma governança sem sujeito, na qual decisões são automatizadas e deslocadas da deliberação humana, incidindo diretamente sobre os processos de mediação, circulação e produção de sentido que estruturam a comunicação contemporânea. Para Mbembe, esses dispositivos não apenas administram o real, mas o reconfiguram, produzindo um “duplo digital”, uma réplica calculável do mundo que sustenta novas formas de soberania algorítmica. Nesse cenário, os algoritmos, embora invisíveis em sua operação, funcionam como dispositivos de triagem e exclusão, classificando e ordenando pessoas a partir de correlações estatísticas. Mbembe alerta que essa lógica reatualiza práticas históricas de seleção, agora mediadas por



cálculos opacos que reduzem o humano ao que pode ser mensurado. Trata-se de submeter tudo à quantificação e à abstração, artificializando e automatizando processos vitais. A extração deixa de se limitar a recursos tangíveis e passa a atingir a própria vida humana, reduzida a dados e padrões. A governamentalidade algorítmica torna-se, assim, não apenas uma técnica de vigilância, mas uma reorganização ontológica que restringe a singularidade àquilo que é calculável.

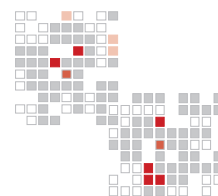
Essa dependência crescente do cálculo produz uma homogeneização das experiências e das culturas, promovendo uma visão única de progresso baseada na quantificação (Hui, 2020). Tudo aquilo que escapa ao regime do número, o incalculável, é sistematicamente excluído. Nessa direção, o conceito de nooscópio (Pasquinelli; Joler, 2020) permite compreender a capacidade dos algoritmos de capturar e moldar a esfera cognitiva: ao ampliar o horizonte perceptivo sobre grandes volumes de dados, também o distorcem e orientam. A IA corporativa mecaniza a razão e transforma o aprendizado de máquina em regime extrativista que antecipa e modela comportamentos, de modo que os algoritmos não apenas vigiam corpos, mas colonizam subjetividades, substituem causalidades por correlações estatísticas, reforçam vieses, naturalizam desigualdades e impõem uma “ditadura do passado”.

Deste modo, estamos imersos na “era da combustão do mundo”, marcada por uma aceleração tecnológica predatória que amplia a capacidade do capital de converter corpos, energia e matéria em quantidades calculáveis e financeirizáveis (Mbembe, 2023). Longe de imaterial, a infraestrutura da IA consome água, energia e minerais em larga escala, gera poluição, depende de fontes fósseis e intensifica a crise climática, distribuindo seus impactos de forma desigual (Crawford, 2022). As comunidades mais vulneráveis, sobretudo no Sul Global, arcam

com os efeitos da mineração, do lixo eletrônico e de outras práticas extrativistas que sustentam o setor, cuja lógica atravessa a coleta de dados e a exploração de recursos e trabalho humano, compondo uma infraestrutura de poder que articula capital, controle e desigualdade em escala global. Como sustenta Eduardo Viveiros de Castro (2024, p. 64):

[...] até o momento, a IA tem sido uma das armas mais eficazes do arsenal capitalista que ameaça todos os seres vivos. Sem mencionar a miséria e a opressão humanas que sustentam a cadeia material de produção dos dispositivos cibernéticos: quanto menores os celulares, quanto mais poderosos os computadores, quanto mais ‘imaterial’ nossa economia parece ser, mais matéria é arrancada das entranhas da Terra, à custa do sangue de humanos outros-que-brancos.

Eis porque Paola Ricaurte (2022) identifica a IA hegemônica como uma “máquina bio-necro-tecnopolítica”. Em vez de operar como uma entidade consciente que decide autonomamente o valor da vida humana, a IA exerce essa função na materialidade de suas infraestruturas, articulando-se entre os níveis macro, meso e micropolítico. Na dimensão macropolítica, essa necropolítica se manifesta no uso geopolítico da IA como máquina de guerra, como nos sistemas de armas autônomas, e nos custos socioambientais de sua infraestrutura, que implicam a exaustão de recursos, a poluição de territórios e o deslocamento de comunidades do Sul Global. No plano institucional, Estados e corporações mobilizam a governamentalidade algorítmica para automatizar a desigualdade, orientando a distribuição de recursos, mediando o acesso à justiça e sustentando lógicas punitivas no policiamento e no controle de fronteiras. No nível micropolítico, a IA contribui para a



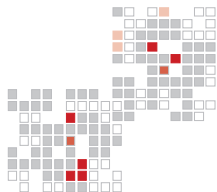
invisibilização de culturas não contempladas em suas bases de dados e para a formação de uma subclasse global de trabalhadores precarizados. Trata-se de uma complexificação da necropolítica de Mbembe, ao evidenciar o papel central de sistemas sociotécnicos na gestão diferencial da vida e da morte nas sociedades contemporâneas. A IA, portanto, não é neutra, mas integra arranjos que reproduzem desigualdades estruturais e reforçam dinâmicas de exclusão e controle social.

Ainda para Ricaurte (2022), essa violência em larga escala se articula por meio de três processos interconectados: a dataficação, baseada no extrativismo e na desapropriação; a algoritmização, que institui ordens globais de classificação e governo; e a automatização, que delega às máquinas a execução da violência e desloca a responsabilidade humana. Esses processos criam hierarquias globais e reforçam desigualdades econômicas, sociais e culturais, aproximando-se da leitura de Ulises Mejias e Nick Couldry (2024), que descrevem o “colonialismo de dados” como atualização computacional das lógicas coloniais de captura e exploração. Em vez de territórios físicos, o que se apropria são dados pessoais e comportamentais, transformados em recurso extraível por meio do *data grab*. Amparado em promessas de progresso e inovação, esse regime oculta desigualdades históricas e institui formas renovadas de dominação, replicando o colonialismo clássico ao tratar recursos como “livres”, estabelecer ordens baseadas em extração contínua e consolidar estruturas de controle profundamente desiguais. Trata-se de um extrativismo epistêmico, uma apropriação que envolve uma lógica colonial que transforma a vida em dados e reforça estruturas de dominação (Ricaurte, 2022).

4. Tecnodiversidade como horizonte decolonial para a teoria da comunicação

Repensar a Comunicação a partir de uma perspectiva decolonial exige recolocar a técnica no centro da reflexão. É justamente a mediação tecnológica que transforma a comunicação moderna em um vetor da colonialidade: desde as primeiras mídias de massa até os dispositivos digitais contemporâneos, a tecnologia reduz sujeitos a funções operacionais, especialmente aqueles situados nas margens do sistema, convertidos em receptores passivos e expropriáveis. Por isso, propostas decoloniais como a de Torrico tendem a desconfiar da técnica e a reivindicar formas comunicativas baseadas no diálogo, na presença, na convivência. Entretanto, para que esse esforço se realize plenamente, é necessário também desmontar a ideia de que a técnica moderna seria universal, homogênea e invariável. Reabrir a questão da técnica exige recusar a singularidade da tecnologia moderna e, no cenário da IA e da dataficação, ir além da regulação ou do domínio técnico dos algoritmos para compreender a racionalidade que os sustenta e suas implicações na produção de sentido. Uma teoria e uma ética à altura desse contexto não rejeitam a técnica nem supõem a interrupção do desenvolvimento tecnológico, mas implicam transformar nossa relação com ela.

Como afirma Hui (2020, p. 132), transformar “não implica negar ou eliminar, mas dar novas formas e novas posições”. Trata-se de imaginar outras práticas, temporalidades e arranjos que transcendam a materialidade puramente tecnológica para englobar as dimensões culturais, simbólicas e relacionais da comunicação:



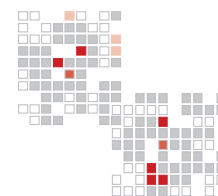
A maneira como vemos a tecnologia enquanto força exclusivamente produtiva e mecanismo capitalista voltado ao aumento da mais-valia nos impede de enxergar seu potencial decolonizador e de perceber a necessidade do desenvolvimento e da manutenção da tecnodiversidade (Hui, 2020, p. 18)

Nesse processo de decolonizar a tecnologia, torna-se indispensável abrir espaço para outras cosmovisões e cosmotécnicas, capazes de relativizar o universalismo técnico que sustenta o eurocentrismo. Para Hui, a noção de cosmotécnica designa precisamente a pluralidade de modos pelos quais diferentes culturas articulam técnica, mito e mundo. Sua crítica central é que a ideia moderna de tecnologia, tomada como entidade única, neutra e universal, é insuficiente: não existe uma tecnologia, mas uma multiplicidade de configurações técnicas enraizadas em histórias, valores e cosmologias diversas. Tratar a tecnologia como universal implica, portanto, um gesto de dominação, pois impõe uma única visão de mundo como norma. Superar essa singularidade requer recuperar a técnica como apenas um entre muitos elementos da existência, reinscrevendo-a em cosmologias alternativas. Diante do que Hui denomina monotecnologismo, torna-se urgente cultivar novas sensibilidades capazes de reapropriar a tecnologia moderna e, simultaneamente, inventar outras cosmotécnicas para o presente (Hui, 2020).

Esse movimento abre caminho para uma ética tecnológica decolonial, voltada a impedir que a tecnologia permaneça como regime único de revelação do mundo, precisamente o traço que marca a episteme ocidental e sustenta a colonialidade. Se a tecnodiversidade nos convida a pensar a técnica para além do universalismo moderno, esse gesto torna-se ainda mais urgente diante do avanço da IA. A dataficação reconfigura o tecido social, e a IA atua como

operador central desse processo. Assim, as tensões evidenciadas pelo giro decolonial não permanecem abstratas: convertem-se em desafios concretos de governança, justiça e redistribuição de poder. A expansão da IA nas dinâmicas sociais e políticas exige, portanto, modelos de gestão comprometidos com transparência, justiça social e respeito às diversidades culturais e locais. Assim, é urgente um processo de “secularização” da IA, desfazer sua aura de neutralidade e autonomia e promover uma literacia crítica sobre seus funcionamentos e efeitos sociais (Pasquinelli; Joler, 2020), afinal, a IA não é “inteligente” nem “artificial”, mas uma infraestrutura material sustentada por cadeias extrativas de dados, recursos e trabalho (Crawford, 2022).

Nessa direção, Ricaurte (2022) propõe uma ética decolonial, fundamentada em perspectivas feministas e interseccionais, como forma de resistir ao projeto colonial e moderno que estrutura as tecnologias contemporâneas, e que “promovem a dignidade humana e a justiça social global, assim como relações respeitosas com os seres outros-que-humanos e o meio ambiente” (Ricaurte, 2022, p. 737, tradução nossa). Essa ética deve considerar os impactos da IA em múltiplas escalas — macro, meso e micropolíticas — e integrar epistemologias plurais, rejeitando as bases coloniais, capitalistas e patriarcais das tecnologias hegemônicas. Ricaurte propõe o desenvolvimento de sistemas que respeitem saberes locais, enfrentem o colonialismo digital e fortaleçam comunidades do Sul Global, garantindo sua participação nas decisões tecnológicas. Nesse design alternativo, a autora destaca a convivialidade e a pluriversalidade como princípios que desafiam a racionalidade técnica orientada ao lucro, defendendo uma tecnologia comprometida com dignidade humana, justiça global e sustentabilidade. Trata-se de uma resistência ativa contra a lógica extrativista das plataformas digitais, o



que pressupõe a criação de espaços digitais que respeitem as culturas locais e garantam maior controle comunitário sobre os dados (Mejias & Couldry, 2024). Para Mbembe (2023), em direção similar, a ética futura deve ser fundada no ‘en-commun’, um compromisso com a coabitação e o compartilhamento das singularidades entre humanos e não-humanos, como condição para enfrentar as crises contemporâneas

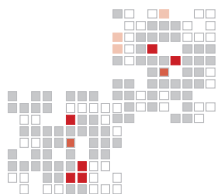
Em vez de opor tradição e técnica, trata-se de articular cosmotécnicas diversas capazes de reapropriar e reinventar os meios de expressão. A tecnodiversidade reivindica a coexistência de múltiplas cosmotécnicas, enquanto a comunicação decolonial reitera modos de narrar, escutar e conviver que persistem para além das epistemes modernas, propondo a reapropriação dos meios de expressão como prática de resistência e criação. As abordagens teóricas da comunicação deixam, assim, de se organizar a partir de modelos centrados e instrumentais para se aproximar de perspectivas que a compreendem como processo constitutivo do humano e do social, não redutível às mediações técnicas e de caráter convivial e dialógico (Torrico, 2019). Diante da homogeneização algorítmica, essa inflexão assume um papel político duplo: disputar o desenho das infraestruturas técnicas e dos regimes de saber que as organizam e, simultaneamente, deslocar a centralidade da mediação tecnológica. Nessa direção, as abordagens teóricas podem incidir sobre práticas corporais, rituais e comunitárias nas quais a vida se realiza, reconhecendo que as dinâmicas comunicacionais excedem os circuitos midiáticos. Se a tecnologia e o cálculo algorítmico operam materialmente sobre corpos e territórios, torna-se necessário considerar também os modos de expressão não algorítmicos e as formas de existência situadas dos sujeitos. A comunicação decolonial, em articulação com a tecnodiversidade, abre espaço para a inscrição

de racionalidades africanas, ameríndias, quilombolas e periféricas nos modos de produzir sentido, apontando para uma reorganização relacional do comum em que comunicar implica acolher a alteridade, multiplicar mundos e criar formas situadas de coexistência.

5. Considerações finais

Este artigo buscou demonstrar que a racionalidade instrumental que estruturou a comunicação moderna não apenas persiste, mas é aprofundada pela dataficação e pela expansão das inteligências artificiais. A lógica técnica, orientada à eficiência e à extração de valor, converte o mundo e os corpos em reserva disponível, intensificando formas de exploração, automatizando discriminações e operando como uma verdadeira máquina bio-necropolítica (Ricaurte, 2022). No entanto, como afirma Viveiros de Castro (2024, p. 195), “as máquinas de IA não virão nos salvar; mas tampouco irão embora. Talvez, então, seja preciso descolonizá-las”. Ou seja, paradoxalmente, esses mesmos sistemas também contêm proposições indecíveis e linhas de fuga, oportunidades de devir, rupturas e reconfigurações que abrem brechas para novos agenciamentos, novas percepções e formas alternativas de relação com o mundo.

É precisamente nesse ponto que a crítica decolonial revela sua potência. Ela exige transformar nossa relação com a técnica e recusar a ideia de que há uma única forma legítima de organizar o mundo. A tecnodiversidade abre esse horizonte ao mostrar que a tecnologia moderna não é universal, mas expressão de uma cosmologia específica. Reconhecer a pluralidade de cosmotécnicas é condição para desviar a tecnologia de seu regime único de revelação e imaginar outros modos de existência. A aproximação entre comunicação decolonial e tecnodiversidade aponta, assim, para um



caminho teórico e político. Implica também propor formas de governança que enfrentem a lógica extrativista das plataformas, garantam o controle comunitário dos dados e valorizem saberes locais.

Ao reivindicar a coexistência de múltiplas cosmotécnicas, as perspectivas comunicacionais emchavedecolonialdeslocam-sedameraoperação instrumental técnica para uma compreensão relacional e convivial, reconhecendo as práticas corporais e os territórios como dimensões centrais da comunicação. Tal movimento cria as condições para inscrever racionalidades

africanas, ameríndias, quilombolas e periféricas nos modos de produzir sentido, abrindo espaço para uma ecologia comunicacional plural. Em última instância, a tecnodiversidade oferece a possibilidade de reorganizar o comum, na qual a comunicação tornar-se acolher, multiplicar mundos e criar espaços de coexistência diante da homogeneização algorítmica. Esse horizonte, enraizado na tradição crítica latino-americana, aponta para teorias da comunicação capazes de responder ao presente técnico sem reproduzir sua lógica e, sobretudo, imaginar futuros em que muitos mundos se comunicam.

Referências

Crawford, K. (2022). *Atlas of AI: Power, politics, and the planetary costs of artificial intelligence*. Yale University Press.

Floridi, L. (2023). *The ethics of artificial intelligence: Principles, challenges, and opportunities*. Oxford University Press.

Gonzalez, L. (2020). Por um feminismo afro-latino-americano. Em H. B. de Hollanda (Org.), *Pensamento feminista hoje: Perspectivas decoloniais* (pp. 38–51). Bazar dos Tempos.

Hui, Y. (2020). *Tecnodiversidade*. Ubu Editora.

Lara, E., Torrico, E., & Cebrelli, A. (Orgs.). (2023). *Pensares y haceres para una comunicación decolonial*. Ciespal.

Lemos, A. (2021). *A tecnologia é um vírus: Pandemia e cultura digital*. Sulina.

Maldonado-Torres, N. (2011). El pensamiento filosófico del “giro descolonizador”. Em C. L. Bohorquez, E. Dussel, & E. Mendieta (Orgs.), *El pensamiento filosófico latinoamericano, del Caribe y latino (1300-2000): Historia, corrientes, temas y filósofos*. Siglo XXI.

Mbembe, A. (2023). *La communauté terrestre*. La Découverte.

Mejias, U. A., & Couldry, N. (2024). *Data grab: The new colonialism of big tech and how to fight back*. The University of Chicago Press.

Mignolo, W. (2011). *The darker side of Western modernity: Global futures, decolonial options*. Duke University Press.

Pasquinelli, M., & Joler, V. (2020). The nooscope manifested: Artificial intelligence as instrument of knowledge extractivism. *AI & Society*, 35(4), 855–868.

Quijano, A. (1992). Colonialidad y modernidad/racionalidad. *Perú Indígena*, 13(29), 11–20.

Ricaurte, P. (2022). Ethics for the majority world: AI and the question of violence at scale. *Media, Culture & Society*, 44(4), 726–745.

Segato, R. (2021). *Crítica da colonialidade em oito ensaios: E uma antropologia por demanda*. Bazar do Tempo.

Sodré, M. (2014). *A ciência do comum: Notas para o método comunicacional*. Vozes.

Torrico, E. (2019). Para uma comunicação ex-cêntrica. *MATRIZES*, 13(3), Artigo 3.

Viveiros de Castro, E. (2024). Máquinas sobrenaturais e outros habitantes da tríptica fronteira antropológica. *Aion. Journal of Philosophy and Science*, 1.

Artigo enviado em 29/11/2025 e aceito em 27/03/2026.

